

Acritica  
7/3/97 A7  
94

# POLÍTICA

Manaus, sexta-feira, 7 de março de 1997

## Entidades criticam redivisão do Amazonas

O projeto do deputado Euler Ribeiro que prevê a criação de dois territórios no Estado foi contestado ontem por políticos e entidades populares

Antonio Menezes

A redivisão do Amazonas para a instalação dos territórios federais do Alto Solimões e do Alto Rio Negro não favoreceria o desenvolvimento dessas regiões. Essa é opinião da maioria dos políticos e representantes de sindicatos e de organizações indígenas que participou, ontem, do seminário "Rio Negro e Solimões - realidade e perspectiva", no auditório da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam).

Para o deputado estadual Eron Bezerra (PC do B) a proposta de redivisão do Estado é irracional, principalmente do ponto de vista econômico. Ele acha que o projeto beneficiaria apenas políticos "com pretensões hegemônicas, que buscam ampliar seu peso político através de bancadas artificiais, com o propósito de aumentar o poder de barganha junto ao Governo Federal".

O prefeito de São Gabriel da Cachoeira, Amilton Gadelha (PT), teme que os territórios sejam criados via decreto presidencial, o que já está sendo cogitado. Gadelha também destacou a possibilidade de os cargos de deputados e senadores dos territórios serem ocupados por políticos "falidos" de outras regiões. "O pequeno político dos municípios não teria recursos para bancar sua campanha e seria apenas cabo eleitoral".

De acordo com Darcy Marubo, presidente da Comissão das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coaib), o autor do projeto de redivisão territorial, deputado federal Euler Ribeiro (PFL), já teria manifestado sua posição contrária à demarcação de terras

indígenas e a criação de novos territórios teria esse fim. "O projeto pode retardar a demarcação das terras indígenas, que já está sendo encaminhada em várias regiões do Amazonas", explica.

Marubo não acredita que a criação de novos territórios vá facilitar a vida dos povos indígenas. "Se o Governo hoje não tem plano de desenvolvimento sustentável para as comunidades, onde vai conseguir recursos para dar infraestrutura a esses territórios?", questiona.

Representante do Sindicato dos Servidores Públicos (Sindsep), Alcimar Pinheiro acredita que a proposta do deputado Euler Ribeiro é mentirosa ao afirmar que a redivisão deve promover o desenvolvimento da região.

O ex-vereador Serafim Corrêa, que foi o expositor do projeto de criação dos territórios, considera improvável a redivisão do Estado. "Dificilmente a proposta passará no Congresso Nacional", afirma, acrescentando que o grande problema do Estado é a falta de uma política definida".

Hoje, a partir das 9h, será discutido o tema "Análise da proposta em seus aspectos geo-políticos, jurídicos e ambientais". Os expositores serão o jurista Dalmo Dalari, promotor e professor de direito ambiental, José Roque Pinto; e o geógrafo da Universidade do Amazonas, José Aldemir. Para atuar como debatedores foram convidados o jornalista e historiador da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Ribamar Bessa Freire, e o professor e pesquisador da UA, Frederico Arruda.

**11**  
municípios seriam desmembrados para a instalação dos territórios do Alto Rio Negro e do Alto Solimões

### Para entender o projeto

O projeto do deputado federal Euler Ribeiro propõe a redivisão do Amazonas, com a criação dos territórios federais do Alto Rio Negro e do Alto Solimões.

Formariam o território do Rio Negro, os municípios de Barcelos, Japurá, São Gabriel da Cachoeira e Santa Isabel do Rio Negro. O território do Alto Solimões seria formado pelos municípios de Amaturá, Atalaia do Norte, Benjamin Constant, São Paulo de Olivença, Santo Antônio do Itá, Tabatinga e Tonantins.

Para justificar o projeto, o deputado afirma que o Amazonas não dispõe de recursos para atender as necessidades das áreas; faltam investimentos em infra-estrutura; não existem indústrias, nem forte ati-

vidade comercial na região; faltam empregos, educação e saúde; é um campo fértil para o narcotráfico; e são áreas de fronteira.

Pelo projeto, o Governo Federal teria que obrigatoriamente destinar recursos para a região, que passaria a ter representatividade política e perspectivas de melhores condições de vida para seus habitantes.

Segundo o ex-vereador Serafim Corrêa, o projeto que cria o território do Alto Solimões recebeu parecer contrário da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, pela inadequação financeira e orçamentária. O projeto que cria o território do Rio Negro ainda não recebeu parecer.



Darcy Marubo diz no seminário que a criação de territórios pode inviabilizar a demarcação de terras indígenas

### Índios condenam a falta de discussão Eron propõe criação de zonas especiais

A principal crítica dos representantes indígenas é para a falta de discussão sobre o projeto de redivisão territorial do Estado do Amazonas. O representante da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, Pedro Garcia, afirma que o assunto ainda não foi discutido pela sua comunidade.

Garcia diz que ainda não tem uma posição definida sobre o projeto. Ele, no entanto, questiona se é realmente necessária a criação de novos territórios para melhorar as condições de vida da população. "Não seria mais viável dar recursos às Prefeituras ou apoio às entidades para melhorar a situação dos ribeirinhos e dos indígenas naquela região?". Para Garcia, a falta de desenvolvimento nos municípios é consequência do descaso das autoridades e da falta de recursos.

Pedro Garcia também questiona se o Governo Federal teria verba para investir na criação de territórios, quando diz não ter recursos para fazer a demarcação das terras indígenas na região.

Representante de 25 mil índios, o presidente do Conselho Geral da Tribo Ticuna (CGTT), Pedro Inácio Pinheiro, diz que antes de tomar um posição sobre o projeto quer saber como vai ser o processo de criação desses territórios e se isso traria benefícios econômicos para a região. Ele acha que os índios precisam participar mais das discussões sobre o assunto, o que não está acontecendo.

Contrário à criação dos territórios do Alto Rio Negro e Alto Solimões, o deputado estadual Eron Bezerra (PC do B) vai apresentar na próxima semana um indicativo à Assembleia Legislativa pedindo a criação de Zonas Especiais no Amazonas. Se aprovada pelos parlamentares, a proposta será encaminhada ao presidente Fernando Henrique Cardoso.

Ele acredita que essa é a melhor solução para o desenvolvimento do interior do Estado. As Zonas Especiais receberiam anualmente recursos dos Governos Federal e Estadual para desenvolvimento de políticas de saúde, educação, infraestrutura e de financiamentos subsidiados e incentivos fiscais para empresas.

Eron diz que vai propor a criação de nove zonas especiais, que obedeceriam a divisão em sub-regiões estabelecidas na Constituição Estadual. Ele, no entanto, não descarta a possibilidade de reduzir esse número. "Nós podíamos estabelecer prioridades", observa. "Se fosse impossível atender a todos as regiões, nós trabalharíamos com aquelas que estivessem em pior situação sócio-econômica".

Segundo o deputado, conforme balancete oficial do Tribunal de Contas do Estado (TCE) do ano passado, Manaus concentra 99,15% da arrecadação tributária, contra o 0,85% de todo o interior do Estado. Ele também criticou o orçamento estadual de 0,87% para a agricultura. "Isso porque o principal projeto do Governo Estadual é o Terceiro Círculo", ironizou.